

Uso de indicadores no monitoramento de políticas públicas de turismo: estudo de caso sobre Bonito/MS¹

Fábria Trentin² – Professora do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense – UFF

Carlos Alberto Lidizia Soares³ – Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense - UFF

Resumo

O turismo tem sido um dos setores contemplados por políticas públicas a partir de órgãos federais, estaduais e municipais de turismo, meio ambiente, cultura ou outro. Há casos em que os órgãos proponentes dos programas e projetos, decorrentes de tais políticas, não dialogam e incorporam etapas e ações que se sobrepõem. Esse contexto foi identificado em Bonito, um dos principais destinos ecoturísticos brasileiro. Assim, este artigo tem como objetivo sugerir o uso indicadores para o monitoramento das políticas públicas que contemplam o turismo. Para a isso, foi realizada reflexão teórica sobre uso de indicadores aplicados ao turismo, levantamento e análise de projetos que contemplaram o município. Ao final da análise pôde-se concluir que um sistema de indicadores pode contribuir para a melhoria da gestão das políticas públicas que incidem em determinado território.

Palavras-Chave: Indicadores; Monitoramento; Política Pública; Turismo.

Políticas Públicas de Turismo e Indicadores de Sustentabilidade

Da década de 1990 até o momento, o Brasil, tem uma continuidade política no sentido de implementar programas e projetos visando o aprimoramento do turismo enquanto atividade econômica relevante para o país. Com esse foco, as medições estatísticas e os indicadores apontam para um incremento no aumento do número de turistas estrangeiros que chegam ao país, assim como o crescimento das receitas geradas pelos setores relacionados ao turismo

¹ Trabalho apresentado ao GT Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo.

² Professora Assistente do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Turismo – ENTRETERE e membro do Grupo de Pesquisa Indicadores de Sustentabilidade para Turismo e Hospitalidade. fábria@turismo.uff.br

³ Professor Assistente do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Turismo – ENTRETERE. csoares@vm.uff.br

fazendo com que o turismo, recentemente, se destacasse na composição do Produto Interno Bruto – PIB.

O resultado medido no PIB, que é um indicador econômico, nos remete a uma reflexão acerca das políticas públicas que foram adotadas e nos faz questionar que outros indicadores, além do PIB, são utilizados para monitorar e possibilitar a avaliação dos resultados de tais políticas públicas de turismo⁴ no Brasil?

Essa é uma questão que se deve observar quando há o real objetivo de acompanhar os resultados dos programas e ações propostos com vistas à melhoria da qualidade de vida de determinada comunidade ou mesmo em relação à sustentabilidade.

Assim, os indicadores constituem o instrumento que permitirá aos gestores dos lugares turísticos avaliar tanto as políticas, programas e ações no sentido perceber se os objetivos foram atingidos quanto acompanhar a evolução dos resultados no que se refere a construção de um local turístico que tenha como propósito uma postura mais próxima dos princípios de sustentabilidade.

Ter um sistema de indicadores para mensurar a sustentabilidade ou o quanto se evoluiu em direção a ela, requer o reconhecimento do turismo como um facilitador ou uma via, para a o desenvolvimento social, cultural, ambiental, espacial, econômico e político.

Os indicadores podem ser utilizados para monitorar o resultado de políticas, programas e ações em “distintas escalas espaciais, possibilitando a avaliação nas esferas nacional, regional, local, e até mesmo global” (COMISIÓN EUROPEA, 2001, p. 40).

Na escala global, os indicadores utilizados pela Organização Mundial de Turismo – OMT tendem a ser mais quantitativos que qualitativos, pois as projeções para mensurar o incremento no número de viagens, tendências do turismo mundial, metodologias apoiadas em parâmetros quantitativos.

Em âmbito nacional, os indicadores utilizados têm apresentado a finalidade de acompanhar os resultados quantitativos advindos do turismo, enquanto regionalmente as bases de dados são menores, em alguns casos, insuficientes para se trabalhar com algum indicador que monitore o aspecto econômico. Com o Programa Nacional de Regionalização do Turismo e a estruturação de um órgão gestor, será possível o monitoramento no sentido de acompanhar o desenvolvimento turístico sustentável. Para a Serra da Bodoquena, as informações disponíveis são tanto qualitativas quanto quantitativas no que diz respeito aos

⁴ Para maior entendimento do conceito de política pública de turismo ver Cruz (2000) e Hall (2001)

aspectos ambientais, porém os sociais, culturais, econômicos, políticos devem ser aprimorados.

Localmente, em um sítio turístico, o uso de indicadores dependerá de uma iniciativa isolada inerente a cada gestão individualizada ou poderá acontecer a partir de uma política adotada entre os gestores de cada sítio por meio de associações, sindicatos que defendam, além de outros interesses, a sustentabilidade. Nesse caso, poderá ser proposto um sistema de indicadores para cada um.

Os indicadores locais são realidade em organizações de setores distintos ao turismo e integraram os modelos de gestão com a finalidade de obter, em um primeiro momento o acompanhamento dos resultados econômicos. Posteriormente, com a pressão de legislações ambientais e uma ordem internacional que defende a responsabilidade em relação às externalidades dos processos produtivos, os indicadores também foram incorporados com a finalidade de monitorar a evolução das medidas ambientais propostas em cada organização. Em um período mais recente a gestão da responsabilidade social, também tem sido monitorada por meio indicadores.

Normalmente, as organizações se orientam por um sistema de gestão integrado utilizando as certificações ISO. Sendo, ISO 9001:2001, aquela que identifica os processos dentro da organização e a direciona para a qualidade e a satisfação do cliente; ISO 14001:2004 quando implantada na organização possibilita a gestão ambiental integrada aos seus processos, ou seja, os processos passam a acontecer em conformidade com requisitos dispostos na norma; e ISO 16001:2004, a que se refere ao sistema de gestão da responsabilidade social e orienta a organização a estabelecer uma política nesse âmbito. Das três normas, apenas a ISO 16001:2004 não é passível de certificação.

Por mais que as organizações, em geral, tenham avançado em relação ao uso de indicadores para monitorar seus modelos de gestão, pode-se perceber que tudo é muito recente, pois as normas ISO, que estão em vigência foram criadas a partir do ano 2000.

Nos parágrafos acima, foram feitas referências às organizações em geral, e não aquelas que fazem parte do *trade* turístico, pois é lamentável perceber que no setor turístico as atitudes relacionadas as normas ISO 14001:2004 e a ISO 16001:2004 ou outras formas de certificação específicas ainda não são comuns. E, atualmente, há um valor diferencial em relação a certificação porque são poucos os casos em que se percebe o comprometimento sócio-ambiental das organizações, por exemplo, sem que exista o interesse pela certificação.

No Brasil, o Hotel Íbis, do Grupo Accor, é a primeira rede hoteleira a conquistar a certificação ambiental, ISO 14001, e aproximadamente 30 unidades são certificadas.

Neste contexto, pergunta-se, quem poderá inserir o uso de indicadores na gestão e planejamento de lugares turísticos? Pode-se dizer que todos os envolvidos direta ou indiretamente com turismo em várias escalas espaciais têm meios de influenciar o uso dos indicadores de desenvolvimento sustentável no turismo. Desde os sítios turísticos até a esfera federal as ações podem ser monitoradas por meio de indicadores. Os sítios podem monitorar o desempenho econômico, ambiental, social e cultural por meio de um sistema de indicadores e isso dependerá da cultura e do modelo de gestão desses lugares.

Em âmbito municipal e regional, os gestores, por meio de metodologias participativas, podem incluir nas políticas públicas implantadas o monitoramento dos resultados por meio de um sistema de indicadores que possibilite tal avaliação.

Em âmbito nacional, os resultados das políticas públicas de turismo, por exemplo, também são passíveis de serem monitoradas com o uso de um sistema de indicadores. Para eleger os indicadores são necessários critérios para que não haja manipulação da informação de maneira a favorecer ou maquiagem os resultados, e para isso Gallpin apud Bellen (2005) diz que o reconhecimento dos indicadores deve ser “tanto dos tomadores de decisão quanto pelo público em geral”, ou seja, os indicadores devem ser construídos a forma participativa e aceitos por todos os atores sociais.

O uso de indicadores acontece no mundo das organizações, porém na administração pública a cultura gerencial é um tanto quanto distinta. Sabe-se que os objetivos das organizações são diferentes quando comparados a um órgão público, por exemplo, inclusive o comportamento dos funcionários e servidores públicos e a própria cultura organizacional. Fato que dificulta uma gestão mais dinâmica e voltada para resultados, principalmente no Brasil, que infelizmente, foi apontado, recentemente, pela UNESCO como um dos países mais corruptos do mundo.

Bonito no contexto das Políticas Públicas de Turismo

Pode-se dizer que o turismo no município de Bonito iniciou na década de 1990, e organizou-se a partir do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, tendo continuidade política com o Plano Nacional do Turismo e a gestão estadual que também,

priorizou o turismo. Com o reconhecimento de Bonito como destino ecoturístico o estado de Mato Grosso do Sul também despertou para o turismo e começou o processo de fortalecimento institucional, seguindo as orientações da política nacional de turismo.

Dessa maneira, o município de Bonito tornou-se receptor de todas as ações decorrentes da esfera federal, estadual e aquelas desenhadas em âmbito municipal. Foram vários programas de órgãos federais como Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Ministério das Cidades e do próprio Ministério do Turismo, sem mencionar os programas estaduais e os projetos com financiamento de organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras.

Porém, nem todos os programas chegaram a se concretizar e tão pouco medir, analisar a avaliar os resultados.

Assim, o município de Bonito foi contemplado por políticas públicas federais, estaduais e municipais. Sendo, a década de 1990, com a Política Nacional de Turismo (1996 - 1999), em especial o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o marco inicial para a organização em relação ao turismo.

No século XXI, as ações advindas do Plano Nacional do Turismo (2003 - 2007), do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, e do PRODETUR/SUL que contemplou a região Serra da Bodoquena, constituída pelos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, tem contribuído acerca da continuidade na organização do turismo a partir dos objetivos do PNT.

Veja no quadro1 (a seguir) alguns programas incidiriam sobre o território de Bonito, seus objetivos e atores envolvidos.

Quadro 1 - Programas e Projetos que contemplaram o município de Bonito – MS

Programa/Projeto	Objetivo	Atores
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS	Instrumento de planejamento e gestão norteador das ações do PRODETUR-SUL. No PDITS foram sistematizadas 49 ações agrupadas em cinco componentes: 1 – Fortalecimento da capacidade municipal para administrar e beneficiar-se do turismo; 2 – Fortalecimento da capacidade do Estado para o planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura pública para o desenvolvimento do turismo; 3 – Promoção de investimentos do setor privado; Componente 4 e Componente 5.	BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; União; Estado e Município
Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	Tem como objetivo uma transformação da oferta turística nacional no que se refere ao ordenamento, normatização e regulação, informação e comunicação; articulação, envolvimento comunitário, capacitação, incentivo e financiamento, infra-estrutura e promoção	Ministério do Turismo, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo; COMTUR e SEBRAE

	e comercialização do produto turístico.	
--	---	--

Continuação...

Programa Pantanal	O objetivo geral do programa é o de promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai, através do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com os ecossistemas e provendo melhores condições de vida à população da região	Agência Nacional de Águas (ANA), com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).
Projeto Formoso Vivo	Realizar o levantamento das propriedades que estão localizadas nas margens deste rio com a finalidade conhecer a situação da Área de Preservação Permanente – APP e, assim, ter o diagnóstico dessas áreas a fim de recuperar os locais em que a APP esta suprimida e/ou degradada, bem como localizar nas propriedades as reservas legais com averbação na matrícula da propriedade rural.	Fundação Neotrópica do Brasil Promotora de Justiça da Comarca de Bonito; IBAMA – Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Polícia Ambiental de Bonito; Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA Instituto Pantanal; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza Conservation International do Brasil; Prefeitura Municipal de Bonito;
Plano de Desenvolvimento Sustentável de Bonito/MS	Elaborar um plano de Desenvolvimento Sustentável para Bonito, identificando os problemas e apresentando um plano de ação com a finalidade de solucioná-los ou minimizá-los.	Associação Comercial e Industrial de Bonito; Sindicato Rural de Bonito; Trade Turístico SEBRAE/MS
Programa Pólos de Ecoturismo	identificar, no território nacional, os locais onde a prática do ecoturismo estava acontecendo, assim como características, potencialidades e infra-estrutura, com a finalidade de se ter um panorama geral da atividade no Brasil.	Embratur; Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB
Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo - MPE	capacitar e treinar, <i>in loco</i> , grupos de interesse relacionados com o meio ambiente, cultura e turismo, que estejam interessados no ecoturismo como uma alternativa econômica sustentável.	FUNBIO; MPE; COMTUR
Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Sudoeste	Faz parte de uma política estadual para o desenvolvimento das regiões que integram o Estado de Mato Grosso do Sul – MS, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável – Região Sudoeste	Instituto de Estado e Planejamento de Mato Grosso do Sul – IPLAN; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UFMS

FONTE: TRENTIN, 2005

Organizado por Trentin 2007

Dos oito programas listados no quadro 1, quatro são oriundos de políticas públicas federais que incidiram sobre o território de Bonito e em todos ele houveram proposições que se sobrepõem. Nesse caso, o sistema de indicadores pode monitorar os resultados no local

(município), para o estado e em âmbito federal uma vez que as participações e objetivos com relação gestão do projeto são diferenciados.

Com a finalidade de exercitar o raciocínio no sentido de orientar a composição do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável foram utilizadas algumas das ações que integram o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS/PRODETUR/SUL.

Quadro 2 - Estratégias e ações apresentadas no PDITS

	AÇÕES	INDICADORES SUGERIDOS
1	<p>Elaborar plano de <i>Marketing</i></p> <p>Organizar oficinas, famturs, para a divulgação da Serra da Bodoquena nos destinos complementares.</p> <p>Criar calendário turístico com eventos na baixa temporada;</p> <p>Criar peças de divulgação dos produtos turísticos para os diversos veículos de comunicação;</p> <p>Criar e divulgar marca mercadológica do destino Serra da Bodoquena;</p> <p>Identificar nichos de mercado de interesse;</p> <p>Articular-se com operadoras especializadas em turismo de natureza e ecoturismo para captação de novos segmentos turísticos;</p> <p>Divulgar os produtos turísticos em feiras e eventos nacionais e internacionais de interesse;</p> <p>Atrair eventos de pequeno e médio porte, com foco em demanda de qualidade;</p>	<p>Porcentagem de estabelecimentos e operadores que comercializam produtos ou experiências sustentáveis;</p> <p>Porcentagem de negócios que facilitam a informação sobre os aspectos ambientais e sociais de suas atividades;</p> <p>Porcentagem de visitantes que chegam ao lugar turístico em busca de experiências sustentáveis;</p> <p>Número de turistas satisfeitos com as experiências ambientais e culturais;</p> <p>Porcentagem de visitantes que se consideram ecologistas ou ecoturistas;</p> <p>Número de operadoras que solicitam produtos “sustentáveis”;</p> <p>Porcentagem de gastos de marketing em iniciativas cooperativas;</p> <p>Nível de participação na criação de uma estratégia turística e iniciativas de marketing;</p> <p>Articulação com operadoras turísticas que tenham ações ambientalmente responsáveis – seleção de parceiros;</p> <p>Articulação do plano de marketing em relação à distribuição do fluxo turístico;</p> <p>Marketing responsável em relação a marca;</p> <p>Utilização de materiais sustentáveis no plano de marketing;</p>
2	<p>Ampliar as parcerias para a capacitação profissional para o turismo;</p> <p>Criar programas de capacitação profissional para o turismo;</p> <p>Capacitar gestores públicos e privados para dar suporte ao turismo;</p> <p>Capacitar e disponibilizar equipe técnica de assessoramento ao CONTURB;</p> <p>Fortalecer os Conselhos Municipais de Turismo e criar mecanismos de sinergia com o CONTURB;</p> <p>Fortalecer o CONTURB para a coordenação e fomento do processo de regionalização do turismo;</p> <p>Desenvolver e implantar as ações planejadas pelo CONTURB;</p> <p>Ampliar e sistematizar o processo de sensibilização e conscientização ambiental e turística da sociedade local;</p>	<p>Quantidade de instituições para a capacitação profissional;</p> <p>Número de parceiros para a capacitação profissional do turismo;</p> <p>Número de pessoas capacitadas para trabalhar a gestão por meio de conselhos</p> <p>Estímulo ao turismo sustentável por meio de ações capacitação profissional de mão-de-obra local;</p> <p>Melhoria da qualidade na prestação dos serviços turístico;</p> <p>Melhoria da qualidade na gestão pública e privada do turismo;</p> <p>Demanda por capacitação profissional em turismo;</p> <p>Amplitude do processo de sensibilização;</p> <p>Monitoramento sensibilização dos resultados da sensibilização;</p>



3	<p>Criar roteiros e circuitos de integração turística na região e com destinos complementares;</p> <p>Criar mecanismo de certificação dos produtos turísticos da Serra da Bodoquena;</p>	<p>Número de atrativos diferentes em um mesmo lugar turísticos ou na região, como a Serra da Bodoquena;</p> <p>Quantidade de serviços oferecidos no lugar ou região turística;</p> <p>Percepção da variedade pelos turistas.</p> <p>Quantia de fundos operacionais destinados a infra-estrutura;</p> <p>Quantia desembolsada na comercialização do circuito;</p> <p>Porcentagem de cidades e comunidades participantes que se encontra no circuito;</p> <p>Porcentagem da população que apóia o circuito;</p> <p>Porcentagem de negócios turísticos e empresas que participarão da elaboração, comercialização e outras atividades conjuntas;</p> <p>Número de pessoas da comunidade que participam ativamente no circuito.</p> <p>Medir os aspectos relacionados sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica.</p>
---	--	---

Continuação...

	AÇÕES	INDICADORES SUGERIDOS
4	<p>Criar o mercado de artesanato e produtos regionais;</p> <p>Criar e implantar programa de valorização da cultura local;</p> <p>Estimular a implantação do Programa Artesanato Brasileiro – PAB, do Governo Federal, na Serra da Bodoquena;</p> <p>Estimular a promoção e venda de artesanato e produtos regionais.</p>	<p>Número de pessoas que participam de atividades relacionadas ao artesanato e a atividades referentes aos costumes da comunidade;</p> <p>Aumento/diminuição do número de envolvidos com o artesanato local;</p> <p>Disponibilidade de matéria prima local;</p> <p>Uso de matéria-prima local;</p> <p>Organização em cooperativas;</p> <p>Idade dos artesãos;</p> <p>Número de lojas, pontos de venda do artesanato local;</p>
5	<p>Elaborar estudo e implantar controle da Capacidade de Visitação dos produtos turísticos;</p> <p>Proceder a Regularização dos Empreendimentos de Turismo quanto ao Licenciamento Ambiental;</p> <p>Implementar a fiscalização e o monitoramento ambiental na Serra da Bodoquena;</p> <p>Fazer a implantação efetiva das Unidades de Conservação da Serra da Bodoquena.</p> <p>Estudo Hidro-Geológico dos municípios de Bodoquena e Bonito.</p>	<p>Número de empreendimentos licenciados, em licenciamento e não licenciados.</p> <p>Solicitação de pedidos de licenciamento e prazo de resposta</p> <p>Atrativos com delimitação de capacidade de carga – metodologia - relação da metodologia com o licenciamento;</p> <p>Porcentagem de área protegida;</p> <p>Porcentagem de área protegida que promove atividades turísticas;</p> <p>Porcentagem de turistas que colabora com a conservação e tipo de colaboração;</p> <p>Porcentagem de negócios no destino próximos ao sítio que colaboram com conservação;</p> <p>Número de espécies com risco de extinção;</p> <p>Porcentagem de abastecimento de água por poço;</p> <p>Quantidade de poços para captação de água;</p> <p>Porcentagem de poços regulamentados;</p>

6	<p>Elaborar e implantar plano de institucionalização e regulamentação da gestão regional do turismo; Fortalecer a UCE para a implementação do PDITS; Fortalecer a gestão municipal dos três municípios com vistas à implementação do PDITS ; Fortalecer a gestão estadual com vistas à implementação do PDITS (FUNDTUR); Perenizar um corpo técnico público municipal e estadual do setor do turismo; Coordenar as ações das diversas esferas dos poderes públicos e setor privado na Serra da Bodoquena; Intensificar e coordenar as ações dos poderes públicos e setor privado, visando a captação de investimentos; Fomentar a criação de um cluster. Instituir <i>Voucher</i> único regional; Melhorar a capacidade de arrecadação dos três municípios; Elaborar e implementar os Planos Diretores Municipais, de acordo com o Estatuto da Cidade, levando em consideração a política regional de turismo;</p> <p>Promover gestão para facilitar o acesso às linhas de crédito aos pequenos e médios empresários da Serra da Bodoquena; Estimular incentivos fiscais para produtos locais que tiverem sido qualificados por programa de capacitação;</p>	<p>Definição de modelo de gestão com uso de indicadores; Número pessoal técnico contratado/concursado para atuação na gestão do turismo municipal; Número de técnicos capacitados para a gestão do turismo sustentável; Qualidade da capacitação profissional; Aproveitamento da capacitação profissional por pessoa; Cumprimento das atividades por parte do poder público e iniciativa privada – avaliação por tarefa; Implantação de infra-estrutura turística dentro de normas de ordenamento territorial; Criação ou ajustamento de diplomas legais que ordene o <i>cluster</i> turístico; Distribuição dos recursos do solo, com atenção especial a superfície destinada ao solo urbano-turístico e as distintas tipologias de edificação; Existência de mecanismos de arrecadação de receitas pelo turismo; Monitorar e eficiência do sistema de arrecadação; Adequação do sistema de arrecadação de receitas por meio do turismo;</p> <p>Incorporação de critérios ambientais para seleção de projetos; Número e tipo de sistemas de gestão de qualidade implantados; Número e tipo de gestão ambiental implantados; Envolvimento de empresas associadas a iniciativas conjuntas de distintivos ecológicos, clubes de qualidade;</p>
---	--	--

Continuação...

	AÇÕES	INDICADORES SUGERIDOS
7	<p>Pavimentação Asfáltica e Plano de Gestão Ambiental para as rodovias MS–178 e MS - 345; Construção de mini-anel rodoviário para a cidade de Bonito; Melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais; Melhorar as condições de acostamentos das rodovias pavimentadas que dão acesso à região; Elaborar e implantar projeto de sinalização indicativa e turística para as rodovias; Revitalizar e ampliar as Estações Rodoviárias; Elaborar estudos de alternativas de transportes de qualidade;</p>	<p>Melhoria do escoamento de águas pluviais; Redução de erosão nas áreas de entorno das rodovias; Número de acidentes na alta de baixa temporada; Número de pessoas que utilizam as estradas; Número de animais silvestres atropelados; Quantidade de placas de sinalização de trânsito e turística; Nível de satisfação dos visitantes em relação as estradas; Intensidade de uso das estradas.</p>
8	<p>Reduzir o índice de perdas na distribuição de água potável nos três municípios e o grau de dureza da água em Bonito e Bodoquena; Elaborar e ampliar projeto para captação, reservação e distribuição de água potável, nos três municípios, com vistas à população flutuante de turismo; Ampliar a Rede de Monitoramento da Qualidade da Água para as Sub-bacias importantes para o Turismo; Melhorar a eficiência e a capacidade das ETEs existentes e implantar rede de esgoto para atender a demanda turística;</p>	<p>Volume e variação anual de consumida; Estimativa de consumo de água por habitante; Procedência da água consumida; Porcentagem de perdas na rede de distribuição; Sobre exploração de aquífero; Monitoramento da qualidade de água nos recursos hídricos locais; Mensurar a eficiência do sistema de tratamento de esgoto; Volume de esgoto produzido; Capacidade de tratamento; Porcentagem de residências com rede coletora de esgoto; Destinos dos dejetos que não são coletados por rede; Existência de sistemas de reutilização de água/ porcentagem de água utilizada.</p>

9	<p>Atrair demanda através de promoções na baixa temporada; Estimular a criação de novos produtos com focos diferenciados; Estimular a implantação de novos empreendimentos turísticos em Bodoquena e Jardim, de modo a desconcentrar os fluxos turísticos; Promover a distribuição dos fluxos turísticos ao longo do ano e entre os produtos da região; Buscar formas alternativas de comercialização dos produtos turísticos.</p>	<p>Monitoramento do número de visitantes nos períodos de baixa temporada; Satisfação do visitante com os atrativos e serviços na baixa temporada; Monitorar o número de visitantes por atrativo; Percentual de distribuição dos visitantes entre os atrativos; Aumento/diminuição de atrativos turísticos; Responsabilidade sócio-ambiental dos atrativos; Monitorar o número de empregos para a comunidade local gerados com novos empreendimentos; Mapa de amplitude, fragilidade e usos do território (inclusive riscos naturais e superfície afetada por erosão); Porcentagem de visitantes que buscam experiências que respeitam o meio ambiente e o pó contexto cultural;</p>
---	--	---

Fontes: PDITS, jan. 2004. OMT, 2005, COMISIÓN EUROPEA, 2001.

Organado por Trentin, 2007.

O PDITS foi elaborado tendo como referência o Regulamento Operacional do PRDOETUR/SUL. Ele é resultado de um processo de planejamento participativo em que a comunidade, a sociedade civil organizada, o poder público, a iniciativa privada e demais agentes representativos dos municípios participaram das “Oficinas do Marco Lógico” para dialogar a respeito dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaçadas em relação ao turismo na região da Serra da Bodoquena.

Assim, o quadro acima, foi criado a partir das ações propostas no PRODETUR/SUL, para a região da Serra da Bodoquena, e os indicadores foram sugeridos considerando a bibliografia da Organização Mundial do Turismo e da Comissão Européia. Houve dificuldade em sugerir-los dentro de uma proposta de sustentabilidade, pois as ações foram agrupadas de acordo com as componentes especificadas no PDITS e não com a intenção de trabalhá-las de maneira a criar um sistema de indicadores que pudesse monitorar a sustentabilidade a partir dos resultados obtidos com a implementação das ações.

Mesmo assim, foram sugeridos alguns indicadores que poderão ser utilizados e aprimorados se houver interesse por parte dos gestores federais, estaduais, regionais e municipais em usar os indicadores com a finalidade de monitorar todas as ações derivadas do PRODETUR/SUL.

O sistema de indicadores de sustentabilidade tende a ser eficiente quando são pensados a partir de um objetivo maior de aplicação dos princípios de sustentabilidade, pois todos os indicadores serão construídos com esse objetivo, assim como as informações que serão geradas para compor e alimentar o sistema.

Para a construção do sistema de indicadores de sustentabilidade no turismo, sugere-se o uso método participativo que trabalhe conjuntamente os indicadores a partir de parâmetros que são considerados relevantes para os atores/participantes, assim como a metodologia de coleta de dados, a razão para utilizar o indicador, as fontes de dados, formas de utilizar o indicador e que análise comparativa ele possibilitará.

Referindo-se ao quadro 2, os indicadores apresentados não foram construídos participativamente, pois foi um exercício em laboratório que considerou a idéia de sistema, embora não tenha sido possível exercitá-la em sua totalidade; formas de utilização do indicador, razão para usá-lo, fontes de dados e quais análises poderão ser realizadas.

Por exemplo: **Indicador:** Aumento/diminuição de atividades culturais tradicionais. **Formas de utilizar o indicador:** medir a variação para mais ou para menos do número de pessoas da comunidade local que está ou esteve envolvida com atividades culturais tradicionais (artesanato, p.e.). **Razão para usá-lo:** a comunidade terá como acompanhar os resultados apontados pelos indicadores no aspectos sócio-cultural. **Fontes de dados:** número de residentes que trabalham com artesanato; número de jovens inseridos na produção de artesanato local. **Análise:** analisar a causa com auxílio do quadro geral de indicadores de sustentabilidade e decidir que atitude tomar em relação ao um resultado considerado positivo ou negativo. Esse exemplo se refere a apenas um indicador, ou seja, para todos os indicadores construídos deve-se considerar esses aspectos.

A OMT (2005) apresenta uma proposta de uso de indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos que pode ser utilizada para criar um sistema de indicadores. As informações se constituem em um guia de categorização agrupando informações e possibilitando a análise sistêmica intra e inter-categorias.

Dessa forma as categorias são bem-estar das comunidades receptoras, conservação do patrimônio cultural, participação comunitária no turismo, satisfação dos turistas, saúde e segurança, aproveitamento dos benefícios econômicos do turismo, proteção de recursos naturais, gestão recursos naturais escassos, limitação do impacto ambiental do turismo, controle das atividades turísticas, ordenamento e controle do lugar turístico, desenho de produtos e serviços, proteção da imagem do destino e a sustentabilidade das operações e dos serviços turísticos. Essas são apenas as categorias, em cada uma delas existem vários indicadores que possibilitam a análise das inter-relações entre todos.

O uso de indicadores pode ser um marco no direcionamento das políticas públicas de turismo com a finalidade de promover o bem-estar das comunidades envolvidas e também, possibilitar a construção de lugares turísticos mais sustentáveis.

Considerações Finais

É possível explorar a idéia de sistema de sustentabilidade no exercício apresentado, porém a riqueza de um sistema de indicadores não está explícita em função da dificuldade de analisar as inter-relações entre os indicadores. Quando o sistema é pensado no âmbito da sustentabilidade (ambiental, social, cultural, espacial, política, econômica, etc), os resultados obtidos com o uso de indicadores compõem um quadro geral acerca do monitoramento de todos os parâmetros mensurados possibilitando a visualização das inter-relações existentes no sistema. Isto propicia a compreensão das relações de causa e efeito permitindo a ação pontual ou não, acerca dos gargalos relacionados às políticas públicas de turismo e a sustentabilidade.

No entanto, para que a administração pública comece a utilizar os indicadores uma mudança na forma de gestão deve ser incorporada englobando as necessidades tecnológicas, de recursos humanos, gestão do conhecimento, enfim a totalidade necessária para que a administração pública tenha como promover o desenvolvimento social, cultural, econômico ambiental, político, espacial de forma responsável e integrada a sustentabilidade.

Com este artigo, ressalta-se que os indicadores de desenvolvimento sustentável para o turismo podem ser utilizados com o intuito de monitorar os resultados das ações que visam a melhoria do turismo em uma determinada localidade, porém seu uso deve ser pensado e inserido no âmbito da gestão e do planejamento.

Referências

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTUR. Secretaria de Estado da produção e do Turismo – SEPROTUR. Unidade de Coordenação Estadual – UCE. **PRODETUR-SUL – MS**. Campo Grande. Jan. 2004.

**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

COMISION Europea (FEDER). Comisión Interministerial de ciência y Tecnología (CICYT).

Planificación y Gestión Del desarrollo Turístico Sostenible: Propuesta para la Creación de un Sistema de Indicadores. Proyecto METSIG. Referencia 1FD97-0403. Inatituto Universitário de geografia, Univserisdad de alicante. N.º 1, 2001. (Docuemtno de Trabajo)

MATO Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Produção e do Turismo. Fundação de Turismo - FNDTUR. **Relatório oficina para definição de estratégias de implementação do programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil.** Campo Grande. mar. 2004. impresso.

ORGANIZACIÓN Mundial del Turismo – OMT. **Indicadores de desrrollo sostenible para los destinos turísticos.** Madrid: OMT, 2005.

TRENTIN, Fábía. Políticas públicas de Turismo e Meio Ambiente e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre Bonito – MS. 20015 207f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo.